



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Processo TCM nº 12059e22
Exercício Financeiro de 2021
Prefeitura Municipal de MARACÁS
Gestor: Uilson Venancio Gomes de Novaes
Relator Cons. José Alfredo Rocha Dias

DELIBERAÇÃO DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO PCO12059e22APR

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e com arrimo nos artigos 71, inciso VIII, da Constituição da República, 91, inciso XIII, da Constituição Estadual, 68, 71e 76 da Lei Complementar nº 06/91 e 206, § 3º da Resolução nº 1.392/2019;

Considerando a competência constitucional, no particular, dos Tribunais de Contas e, em especial, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, nos termos das normas constitucionais, legais e regimentais acima mencionadas;

Considerando a ocorrência de irregularidades praticadas pelo gestor **Sr. UILSON VENANCIO GOMES DE NOVAES, Prefeito de MARACÁS**, ao longo do exercício financeiro de **2021**, devidamente constatadas e registradas no processo de Prestação de Contas nº **12059e22**, apreciado pelo Plenário, nesta data, oportunidade em que foram observados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem que tivessem sido sanada **a causa essencial da rejeição das contas**:

- **Pendências de comprovação de recolhimento de cominações impostas ao Gestor das presentes contas;**

Detectadas na prestação de Contas de Governo:

1. Divergências entre os Demonstrativos Contábeis apresentados e os dados declarados no sistema SIGA;
2. Ineficácia das medidas de cobrança da Dívida Ativa;
3. Ausência dos Pareceres dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e da Saúde;
4. Inobservância ao disposto no art. 15 da Resolução TCM nº 1430/21 e ao art. 25, §3º da Lei Federal nº 14.113/2020;
5. Atas das Audiências Públicas relativas aos 1º, 2º e 3º quadrimestres, apresentadas sem a anuência dos participantes;

Detectadas na prestação de Contas de Gestão:

6. Inobservância das normas da Resolução TCM nº 1.282/09;
7. Desrespeito aos princípios e regras atinentes a licitação pública, elencados no item 11-B;
8. Ausência de ato designando um representante da Administração para acompanhamento e fiscalização da execução;
9. Ausência de planilha com detalhamento das quilometragens e quantidades de combustíveis por veículos abastecidos;
10. Admissão de servidores sem a realização de prévio concurso público;



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

11. Omissão na cobrança de multas e ressarcimentos imputados a Agentes Políticos, ao arrepio das determinações anteriormente efetivadas pela Corte de Contas;
12. Pendência de restituição, à conta da QSE, com recursos municipais, de despesas glosadas em exercícios anteriores, porque realizadas em descumprimento a legislação respectiva;
13. Ausência da inserção no sistema SIGA dos dados inerentes às folhas salariais do Prefeito e Vice-Prefeito, inerente aos meses de maio e outubro/2021;
14. Atas das audiências públicas apresentadas sem a anuência dos participantes;
15. Outras citadas ao longo deste pronunciamento e na Cientificação Anual.

Considerando que, ao estabelecer restrições à atuação do TCM/BA para a aplicação de multas e responsabilização pessoal dos gestores públicos, a Lei Estadual nº 14.460/2022 incorre em inconstitucionalidade, já que, conforme entendimento pacificado no âmbito do egrégio STF (*ADI nº 5.323, Rel. Min. Rosa Weber; ADI nº 4.418, Rel. Min. Dias Toffoli; ADI nº 6.846, Rel. Min. Luís Roberto Barroso*), são inconstitucionalmente formais, por vício de iniciativa, as disposições que, sendo oriundas de proposição parlamentar ou mesmo de emenda parlamentar, impliquem alteração na organização, na estrutura interna, nas atribuições ou no funcionamento dos Tribunais de Contas;

Considerando o entendimento exposto na Súmula nº 347, do STF (“O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público”), bem como o artigo 25, inciso V, da Resolução TCM nº 1.392/2019, o TCM/BA afasta a aplicação da Lei Estadual nº 14.460/2022 no caso concreto ora analisado, por inconstitucionalidade formal subjetiva e em razão da violação ao princípio da separação dos poderes (arts. 71, inciso VIII, 73, § 3º, 75, e 96, inciso II, alínea ‘d’, da CF/1988), e, por conseguinte, decide:

Aplicar a multa no valor de **R\$3.000,00 (cinco mil reais)** ao Gestor, Sr. **UILSON VENANCIO GOMES DE NOVAES, Prefeito de MARACÁS** no exercício financeiro de 2021, com lastro no art. 71, inciso I, combinado com o art. 76, inciso III, alínea ‘d’ da Lei Complementar nº 06/91, em decorrência das irregularidades constatadas e acima mencionadas.

O recolhimento da cominação acima deve ser realizado com recursos próprios, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do trânsito em julgado da decisão, inclusive observando-se a necessária atualização monetária e incidência de juros de mora, na forma das Resoluções TCM nºs 1.124/2005 e 1.345/2016.

SESSÃO ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, em 09 de fevereiro de 2023.

Cons. Plínio Carneiro Filho
Presidente

Cons. José Alfredo Rocha Dias



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Relator

Este documento foi assinado digitalmente conforme orienta a resolução TCM nº01300-11. Para verificar a autenticidade deste parecer, consulte o Sistema de Acompanhamento de Contas ou o site do TCM na Internet em www.tcm.ba.gov.br e acesse o formato digital assinado eletronicamente.